

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2021

- ANO BASE 2020 -



abril, 2021

Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf



Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2021-

Ano Base 2020

Brasília, 2021

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Desenvolvimento Regional
Rogério Simonetti Marinho

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

Conselho de Administração

Igor Montezuma Sales Farias - Representante do MDR (Presidente do Conselho)
Sônia Mariza Alves de Souza - Representante MAPA
Domingos Romeu Andreatta - Representante MME
Francisco Soares de Lima Junior - Representante do ME
Euclides Bandeira de Souza Neto- Representante do MINFRA
Maria da Conceição da Silva - Representante dos Empregados

Conselho Fiscal

Vanessa Ferreira de Lima (Titular) - Representante do MDR
Mariangela Fialek (Titular) - Representante do MDR
Conrado Luiz Alves Dias (Suplente) - Representante do MDR
Fabrício Moura Moreira (Suplente) - Representante do MDR
Altamiro Lopes de Menezes (Titular) - Representante STN/MF
Edson Rodrigo Tavares (Suplente) - Representante do STN/MF

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente

Marcelo Andrade Moreira Pinto

Diretores

Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
Antônio Rosendo Neto Junior

Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação
Luís Napoleão Casado Arnaud Neto

Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas
Davidson Tolentino de Almeida

Gerentes-Executivos

Gerente-Executivo da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico
Diogo de Abreu Ribeiro Coelho

Gerente-Executivo da Área de Gestão Estratégica
Walter Uchôa Dias Junior

Superintendentes Regionais

Marco Antônio Graça Câmara	1ª SR (MG)
Harley Xavier Nascimento	2ª SR (BA)
Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva	3ª SR (PE)
Marcos Alves Filho	4ª SR (SE)
Ricardo Alexandre Lisboa Vieira	5ª SR (AL)
Andrea Moreira Duarte Arrais	6ª SR (BA)
Inaldo Pereira Guerra Neto	7ª SR (PI)
Celso Adriano Costa Dias	8ª SR (MA)

@2021, Codevasf

Permitida a reprodução, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte e o sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original.

Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/governanca/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa>

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

SGAN - Quadra 601, Conjunto I, Asa Norte

Edifício Deputado Manoel Novaes

CEP: 70.830-019 - Brasília - DF



61 2028-4611 / 4660



www.codevasf.gov.br

presidencia@codevasf.gov.br

Ouvidoria da Codevasf



61 2028-4480



ouvidoria@codevasf.gov.br

Responsável pela elaboração e publicação

Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos

Normalização

Biblioteca Geraldo Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C737r

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2021- Ano Base 2020/ Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. – Brasília: Codevasf, 2021.

27 p. : il. color.

1. Políticas Públicas. 2. Relatório de resultados. I. Título.

CDU 35.077.7“2020” (047.32)

Sumário

1	IDENTIFICAÇÃO GERAL.....	5
2	POLÍTICAS PÚBLICAS	6
2.1	Interesse público subjacente às atividades empresariais	6
2.2	Políticas públicas.....	5
2.3	Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas	6
2.4	Recursos para custeio das políticas públicas.....	10
2.5	Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas.....	11
2.6	Comentários dos administradores sobre o desempenho	11
3	GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	12
3.1	Políticas e práticas de governança corporativa.....	12
3.2	Atividades desenvolvidas.....	16
3.3	Estrutura de controles internos e de gerenciamento de riscos.....	18
3.4	Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho	23
3.5	Descrição da composição e da remuneração da administração	25
3.6	Governança do Benefício de Assistência à Saúde	26
3.7	Manifestação do Conselho de Administração.....	27

1 IDENTIFICAÇÃO GERAL

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; com o artigo 13, incisos I, III e VIII, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e com o artigo 63, inciso XXXIV, do Estatuto Social da Codevasf, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2020.

Quadro 1 – Características, Informações e Dados da Codevasf

CNPJ: 00.399.857/0001-26 - NIRE (Sede) 53 5 0000031-3	
Sede: Brasília/DF, SGAN 601, Conj. I. Ed. Dep. Manoel Novaes. Cep: 70.830-019. Brasília - DF Fone: (61)	
Tipo de estatal: Empresa Pública Federal	
Acionista controlador: União	
Tipo societário: Sociedade Anônima	
Tipo de capital: Fechado	
Abrangência de atuação: Regional	
Setor de atuação: Desenvolvimento regional de bacias hidrográficas	
Gerente Executivo da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico: Diogo de Abreu Ribeiro Coelho - Telefone: (61) 2028-4713, e-mail: diogo.coelho@codevasf.gov.br	
Gerente Executivo da Área de Gestão Estratégica: Walter Uchôa Dias Junior - Telefone: (61) 2028-4640, e-mail: walter.dias@codevasf.gov.br	
Auditores Independentes: Empresa Aguiar Feres Auditores Independentes, (16) 3632-3100, e-mail: aguiarferes@aguiarferes.com.br	
Conselheiros de Administração Subscritores da Carta Anual	
Igor Montezuma Sales Farias	CPF: 865.968.963-15
Euclides Bandeira de Souza Neto	CPF: 442.060.384-49
Francisco Soares de Lima Júnior	CPF: 268.684.237-72
Sônia Mariza Alves de Souza	CPF: 084.674.201-20
Domingos Romeu Andreatta	CPF: 030.548.069-36
Maria da Conceição da Silva	CPF: 267.404.511-68
Administradores subscritores da Carta Anual	
Marcelo Andrade Moreira Pinto - Diretor-Presidente	CPF: 008.261.025-81
Antônio Rosendo Neto Junior - Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura	CPF: 250.692.763-87
Luís Napoleão Casado Arnaud Neto - Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação	CPF: 239.274.374-68
Davidson Tolentino de Almeida- Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas	CPF: 588.656.244-34

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 Interesse público subjacente às atividades empresariais

Norteada pelos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos na Carta Magna, em especial, o de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, inciso III), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba é uma empresa pública criada pela Lei nº 6.088, de 16 julho de 1974, com o objetivo de fomentar e promover o desenvolvimento regional, exercendo importante papel na execução das políticas públicas do Governo Federal.

As atividades desempenhadas não têm fins lucrativos, e sim sociais. A Empresa tem como finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação e ao longo de seus 47 anos, a Empresa vem transformando a realidade da sua área de atuação, contribuindo para melhoria de qualidade de vida de milhões de pessoas.

O reconhecimento do seu papel exitoso pela sociedade, governos e Congresso Nacional ensejou a ampliação da Codevasf para além do vale do São Francisco, e após sucessivas alterações da Lei nº 6.088/1974 que a criou, a última por meio da Lei nº 14.053/2020, alçou a sua atuação a 36,6% do território nacional, englobando 15 Estados da Federação e o Distrito Federal, 22 Bacias Hidrográficas principais e 2.675 municípios¹, sendo a maior parte no semiárido brasileiro e na Amazônia Legal.

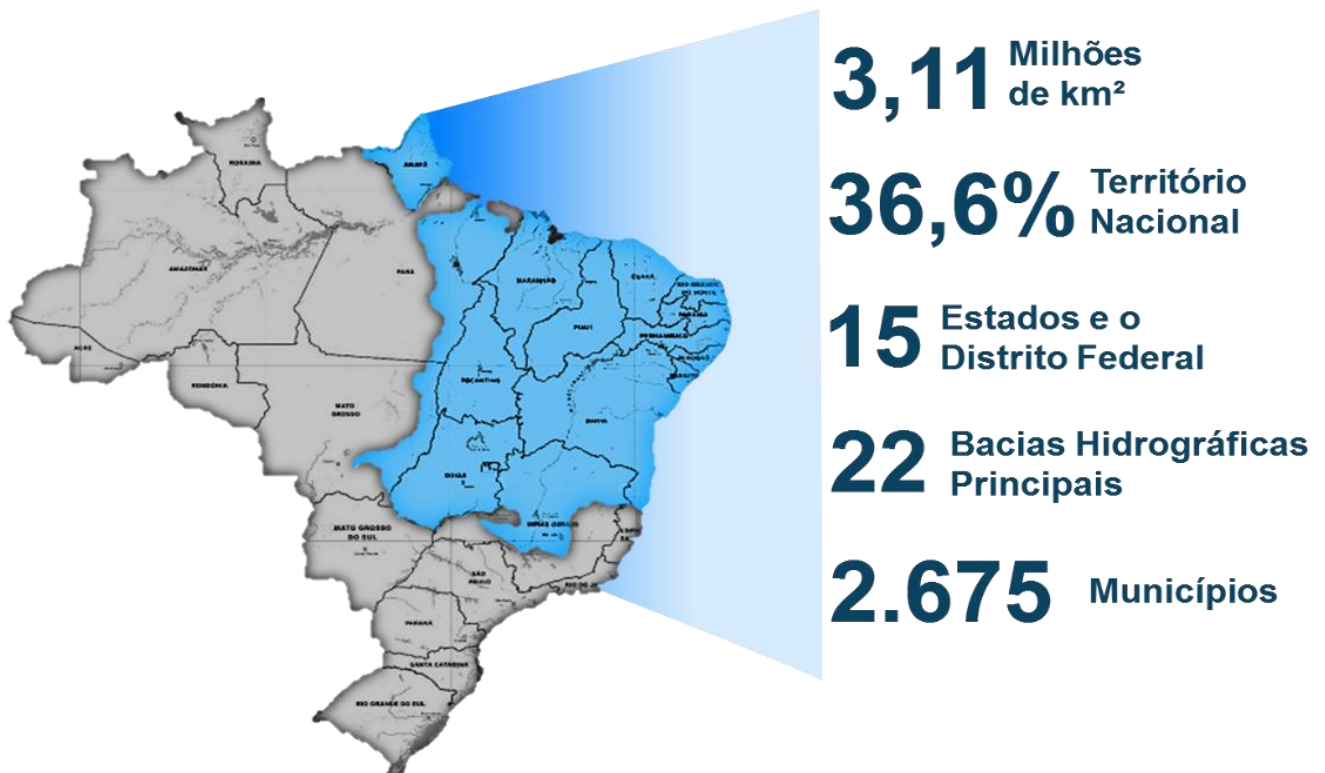


Figura 1. Área de atuação da Codevasf, 2020.

¹ Destaca-se que 48% dos municípios possuem IDH baixo - menor que 0,550, sendo que nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, o percentual dos municípios com IDH baixo é maior que 70% (Fonte: Utilizados dados da ANA e IBGE).

2.2 Políticas públicas

As políticas públicas são resultado de um esforço do Estado em busca de promover o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar da população, podendo emanar de dispositivos constitucionais, ou em outras leis.

O objetivo da Codevasf é assegurar o papel do Governo Federal na implementação dessas políticas públicas, por meio da execução de programas e ações em áreas tradicionais de serviços governamentais, de acordo com sua Lei de criação e missão institucional², que notadamente o setor privado não está equipado para fornecer, ou que propriamente não deva fornecer.

A ação realizada pela Empresa contribui também para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS³, adotado pelo Governo do Brasil junto a ONU, e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016. Dentre os objetivos a Codevasf tem forte relação com os seguintes:



Figura 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS com atuação da Codevasf

A atuação multissetorial da Codevasf é ponto forte no cumprimento da sua missão de promover o desenvolvimento sustentável com redução das desigualdades regionais.

No geral, são executadas obras de infraestrutura hídrica para abastecimento humano e agricultura irrigada, saneamento básico em pequenos municípios, infraestrutura de logística ou urbana, revitalização de bacias hidrográficas com foco na produção de água e apoio e estruturação de atividades para inclusão produtiva.

As ações realizadas tendem a provocar o crescimento substancial da atividade econômica com o aproveitamento dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, resultando em benefícios diretos - emprego e renda para a população beneficiada nessas sub-regiões notadamente deprimidas (carentes) de infraestrutura e investimentos privados.

Mesmo diante de tantas adversidades, sejam climáticas, econômicas, culturais e políticas, a Codevasf desenvolveu uma extraordinária capacidade de transformar a realidade da sua área de atuação por meio de um modelo que potencializa as vocações locais. A Empresa vem demonstrando que é possível combinar crescimento econômico com equidade social, fazendo da desconcentração de renda uma poderosa alavanca de expansão econômica, a exemplo de regiões do sertão brasileiro que com a implantação dos Projetos Públicos de Irrigação deixaram de ser sinônimo de miséria e passaram a ser produtores de riqueza.

² A missão institucional da Codevasf “Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais” Está norteada pelos princípios fundamentais da Constituição Brasileira, qual seja: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, inciso III)”.

³ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável integram o documento intitulado "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", adotado por 93 países-membros integrantes da ONU.

2.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

O compromisso de consecução dos objetivos de políticas públicas pela Empresa, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a sua criação, está consolidado em sua missão, visão e valores constantes no seu Planejamento Estratégico Institucional - PEI.



Figura 3: Mapa do Planejamento Estratégico Institucional da Codevasf

As ações executadas pela Codevasf estão integralmente alinhadas aos programas, objetivos e metas do Plano Plurianual - PPA do Governo Federal. Desta forma, a estratégia corporativa da Empresa mantém coerência com as iniciativas governamentais e respectivos recursos.

Previsto no art. 165 da Constituição Federal, o PPA é o instrumento de planejamento que: estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas; converge a dimensão estratégica da ação governamental; orienta a definição de prioridades; e auxilia na promoção do desenvolvimento sustentável. Assim, em uma perspectiva de médio prazo de 4 (quatro) anos, o PPA tem a função de aprimorar a ação governamental, juntamente com outras ferramentas importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Quadro 2 - Alinhamento do PEI da Codevasf com o PPA do Governo Federal

PEI Codevasf (2017 - 2021)		Políticas Públicas	
Tema Estratégico	Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos PPA (2020 - 2023)	Principais legislações dos Programas do PPA
Agricultura Irrigada	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar a eficiência da Irrigação; • Implementar gestão autossustentável nos projetos públicos de irrigação; • Expandir a agricultura irrigada 	2217 – Desenvolvimento Regional e Territorial	Lei nº 12.787/2013 – Dispõe sobre a política nacional de Irrigação. e Portaria MDR nº 1.082/2019 – Estabelece os polos de agricultura irrigada como implementações da Política Nacional de Irrigação.
Segurança Hídrica	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a Revitalização das Bacias Hidrográficas 	2221 - Recursos Hídricos	Lei nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a gestão e recuperação de infraestruturas hídricas 	2222 - Saneamento Básico	Lei Nº 11.445/2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico
		2221 - Recursos Hídricos	Lei nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos Lei nº 12.334/2010 - Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a oferta de água para usos múltiplos 	2221 - Recursos Hídricos	Lei nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos	
Economia Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável 	2217 – Desenvolvimento Regional e Territorial	Decreto nº 9.810/2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional Lei nº 12.852/2013 - Institui o Estatuto da Juventude Lei nº 11.959/2009 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca
	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a formação e atualização do capital humano 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar e dinamizar atividades produtivas 		

A seguir, apresentamos as metas e os resultados em 2020, dos objetivos estratégicos constantes no Planejamento Estratégico vigente da Empresa, com vistas à execução de políticas públicas e atendimento dos interesses sociais.

2.3.1 Metas para o Tema Agricultura Irrigada

A Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, define agricultura irrigada como “atividade econômica que explora culturas agrícolas, florestais, ornamentais e pastagens, bem como atividades agropecuárias afins, com o uso de técnicas de irrigação ou drenagem”.

Segundo Banco Mundial, 2004⁴, agricultura irrigada é o setor que mais gera empregos diretos e com menor investimento por posto de trabalho gerado.

A Codevasf mantém 36 Projetos Públicos de Irrigação que beneficiam diretamente 11 mil famílias. Esses projetos produziram, em 2020, 4,3 milhões de toneladas de produtos agrícolas, R\$ 3,4 bilhões de valor bruto de produção e R\$ 515 milhões em arrecadação de impostos e 249 mil empregos diretos e indiretos.

Objetivo/ Meta	Unidade de Medida	Meta 2020	Realizado 2020	% alcance da meta 2020
3.1.1 Aprimorar a eficiência da irrigação				
Promover a substituição de 62% dos métodos de irrigação dos projetos públicos de irrigação da Codevasf por métodos mais eficientes	%	62	76	● 123%
3.1.2 Expandir a agricultura irrigada				
Concluir projetos básicos para expansão de 4.677 ha de irrigação de áreas úteis	ha	4.667	0	● 0%
Implantar 1.798 ha infraestrutura de irrigação em áreas úteis	ha	1.798	0	● 0%
3.1.3 Implementar gestão autossustentável nos projetos públicos de irrigação				
Atingir 85% de taxa de uso do solo para produção agrícola em relação à área irrigável disponibilizada pela Codevasf nos Projetos Públicos de Irrigação (PPI)	%	85	82	● 96%
Elevar a 83% a rentabilidade dos projetos públicos de irrigação por meio da produção.	%	83	82	● 99%

Faixas de desempenho : ● Satisfatório (índice $\geq 80\%$) ● Regular (50% \leq índice $< 80\%$) ● Insatisfatório (índice $< 50\%$) N/A Não Apurado

Os objetivos 3.1.1 e 3.1.3 tiveram execução dentro do previsto e obtiveram resultado satisfatório. Quanto ao objetivo 3.1.2 não entregaram os produtos previstos para o período e apresentaram resultados insatisfatórios.

A meta de concluir projeto básico referia-se ao Projeto Público de Irrigação Iuiú/BA, mas o contrato foi paralisado por falta de orçamento.

A meta de implantar 1.798 hectares correspondia ao Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê que teve a licitação para aquisição de materiais fracassada, ocorrendo somente a contratação no final do ano.

O objetivo 3.1.2 Expandir a agricultura irrigada tem tido suas metas impactadas, devido a mudança de estratégia do governo federal em transferir a implantação de perímetros para a parceria público-privada. Ressalta-se que o Baixio de Irecê foi escolhido como projeto-piloto do Programa de Parceria e Investimentos (PPI) do Governo Federal.

⁴ .Valdes, A.; Wagner, E.; Marzall, I.; Simas, J.; Morelli, J.; Pereira, L. P.; Azevedo, L. G. T.; Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semi-Árido Brasileiro, 1ª ed., Banco Mundial: Brasília, 2004.

2.3.2 Metas para o Tema Economia Sustentável

Com o propósito de promover a inclusão produtiva e reduzir as migrações, a Codevasf atua para fortalecer a capacidade produtiva local, por meio de doação de bens, capacitações, implantação de infraestruturas de fabricação, de comercialização e de escoamento da produção.

Objetivo/ Meta	Unidade de Medida	Meta 2020	Realizado 2020	% alcance da meta 2020
3.2.2 Contribuir para a formação e atualização do capital humano				
Capacitar jovens 300 jovens e produtores rurais	Unid	300	1.500	500%
3.2.3 Estruturar e Dinamizar atividades produtivas				
Estruturar 3 atividades produtivas no exercício	Unid	3	5	167%

Faixas de desempenho : ● Satisfatório (índice $\geq 80\%$) ● Regular (50% \leq índice $< 80\%$) ● Insatisfatório (índice $< 50\%$) N/A Não Apurado

Os objetivos 3.2.2 e 3.2.3 tiveram seus resultados satisfatórios. A meta de capacitação foi superada devido a diversificação da estratégia de atuação, implantando o curso online de apicultura, possibilitando maior abrangência de pessoas e levando em consideração o cenário de restrições ocasionados pela pandemia corrente

Em relação à meta de estruturar atividades produtivas, a Empresa atuou em 5 (cinco) cadeias produtivas principais: apicultura, aquicultura e pesca, economia criativa, fruticultura e pecuária.

Estima-se que foram beneficiados 2 milhões de pessoas com as ações de economia sustentável, sendo entregues no período:

- ✓ Doação de 16 mil bens (máquinas, veículos, materiais e insumos diversos)
- ✓ 24 unidades de produção e comercialização concluídas
- ✓ Cerca de 140 obras de escoamento de produção (pavimentação, estradas vicinais e pontes) concluídas.

2.3.3 Metas para o Tema Segurança Hídrica

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) as gestões sustentáveis dos recursos hídricos melhoram os padrões de vida, expandem economias locais e criam oportunidades de emprego. Estudos estimam que 78% da mão de obra mundial depende da água.

Objetivo/ Meta	Unidade de Medida	Meta 2020	Realizado 2020	% alcance da meta 2020
3.3.1 Ampliar a oferta de água para usos múltiplos				
Atingir a capacidade de armazenamento de 8.200 hm ³ de água bruta	hm ³	8.200	8.100	99%
Aumentar a vazão média de água bruta em 30 m ³ /s x km	m ³ /s x km	30	584	1948%
3.3.2 Contribuir para a revitalização das Bacias Hidrográficas				
Alcançar 70% da capacidade produtiva dos Centros Pesqueiros de Produção	%	70	45	64%
Concluir 13 Sistemas de saneamento básico	%	13	13	100%
Executar 100% das práticas conservacionistas previstas para o ano	%	100	100	100%
3.3.3 Promover a gestão e recuperação de infraestruturas hídricas				
Executar 60% das ações de manutenções /recuperações em infraestruturas hídricas previstas para o exercício.	%	60	75	125%
Reduzir para 35% nível de gravidade das barragens de responsabilidade da Codevasf	%	35	26	126%

Faixas de desempenho : ● Satisfatório (índice $\geq 80\%$) ● Regular (50% \leq índice $< 80\%$) ● Insatisfatório (índice $< 50\%$) N/A Não Apurado

Com investimento em ações de infraestrutura hídrica, saneamento básico e revitalização de bacias hidrográficas, estima-se a geração de 11,8 mil empregos, cerca

de 600 mil pessoas beneficiadas, além de redução de R\$ 593 milhões em custos de saúde com as entregas dos sistemas de saneamento básico.

O objetivo 3.3.1 teve resultados satisfatórios. A meta de aumentar a vazão de água bruta foi maior do que o previsto em decorrência da entrega de uma obra a mais além do previsto para o exercício de 2020, sendo concluídas as adutoras de Massapê/PI e Queimada Nova/PI.

O objetivo 3.3.2 atingiu duas metas satisfatórias e uma regular. A capacidade produtiva dos centros pesqueiros não foi alcançada devido às obras nos centros com maior capacidade de produção. Foram produzidos 9,4 milhões de alevinos dos 14 milhões que estavam previstos.

O objetivo 3.3.3 teve suas metas superadas. O resultado da meta para reduzir a gravidade das barragens foi considerado satisfatório, uma vez que o indicador é do tipo quanto menor melhor. Os desempenhos desses indicadores demonstram o cumprimento da Empresa em manter a segurança das infraestruturas hídricas sob sua gestão.

2.4 Recursos para custeio das políticas públicas

A Codevasf é uma empresa pública, estruturada na forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo a União como única acionista que, por meio do Orçamento Geral da União (OGU), realiza aportes de recursos para o pagamento de despesas de custeio e investimentos da Empresa.

Não tem finalidade de exploração de atividade econômica, mas sim, dá condições, em regiões deprimidas, para o desenvolvimento, gerando, em consequência da sua atuação indutora, emprego e renda, com reflexo na melhoria da qualidade de vida.

Conforme o Art. 10º do seu Estatuto Social, constituem recursos da Codevasf:

- I- as dotações orçamentárias consignadas no orçamento da União;*
- II- as receitas operacionais;*
- III- as receitas patrimoniais;*
- IV- o produto de operações de crédito;*
- V- as doações;*
- VI- os de outras origens.*

A Empresa arrecada dois tipos de receitas próprias principais: Titulação e Tarifa d'água. A receita de Titulação é proveniente da venda dos lotes de terras em Projetos Públicos de Irrigação - PPI's e a receita de Tarifa d'água, refere-se à taxa de amortização dos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de irrigação de uso comum (canais, estradas, drenos, estações de bombeamento, etc.) que permitem o suprimento de água destinada à irrigação. Os valores arrecadados são recolhidos diretamente na conta única do Tesouro Nacional.

Todas as atividades finalísticas realizadas pela Codevasf estão alinhadas com os programas de governo, que traduzem as políticas públicas. Conforme gráfico abaixo, os recursos próprios corresponderam, em 2020, a 1,07 % do total de receita necessária para cobrir as despesas de execução desses programas.

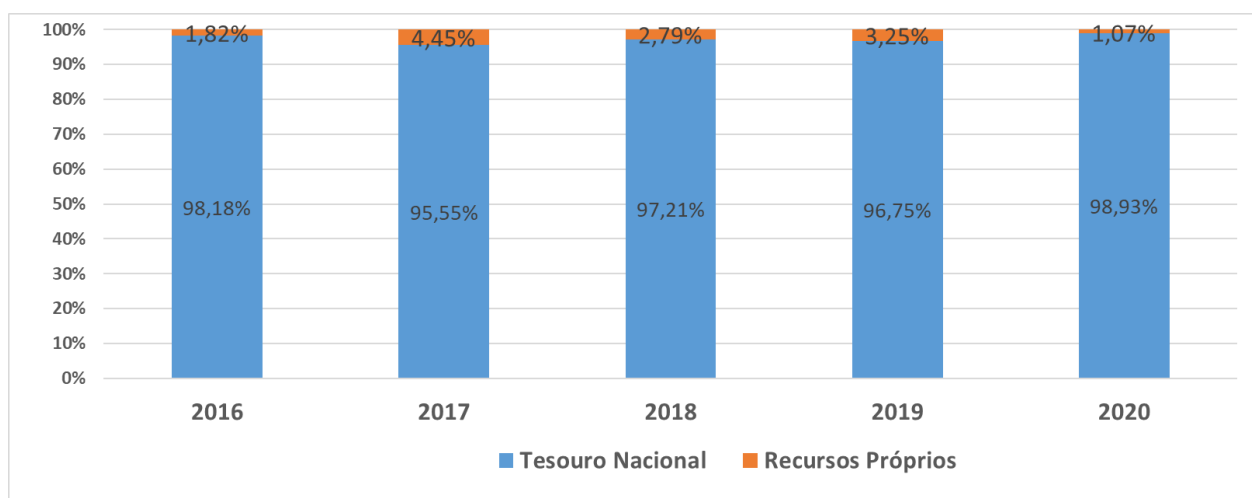


Figura4: Gráfico Origem da fonte de recursos dos programas - 2016 a 2020

Fonte: Tesouro gerencial

A grande maioria das atividades são custeadas, portanto, com recursos oriundos do Tesouro Nacional e são alocados anualmente em conformidade com a LOA.

2.5 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

A atual dependência exclusiva do orçamento público federal pode limitar a execução do planejamento da empresa, sobretudo no atual contexto de restrições orçamentárias acentuadas pela pandemia.

Embora sofra consequências provocadas pelos déficits, a Codevasf contribuiu para o crescimento econômico por meio de investimentos em obras estruturantes para a oferta de água, saneamento básico, recuperação ambiental e fomento à infraestrutura dos municípios e comunidades. No ano 2020, apesar do cenário adverso provocado pela pandemia, houve aumento de 66% de recursos para investimentos da Lei Orçamentária Anual alocados diretamente para a Empresa, totalizando R\$ 892 milhões, impulsionados pelo aporte de emendas parlamentares e incorporação dos novos territórios à sua área de atuação ocorridos nos últimos 4 anos, que demonstra a importância da Companhia como agente indutor do desenvolvimento regional sustentável local.

2.6 Comentários dos administradores sobre o desempenho

A Codevasf tem se destacado, ao longo de sua existência, pelas ações em prol do desenvolvimento regional sustentável, promovendo efetivamente o desenvolvimento socioeconômico de regiões mais necessitadas, ou seja, atua alinhada com a determinação presente na Constituição Federal, qual seja, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, inciso III).

Mesmo com os novos desafios e os impactos causados pela pandemia do Covid-19 em 2020, a Empresa conseguiu cumprir a maioria de suas metas. Das 14 metas estabelecidas para o período de 2020, em relação às políticas públicas, a Empresa apresentou apenas 2 com resultados insatisfatórios devido a restrições orçamentárias e problemas no processo licitatório.

Os 36 projetos públicos de irrigação mantidos pela Companhia, produziram 4,3 milhões de toneladas de produtos agrícolas, R\$ 3,4 bilhões de valor bruto de produção, R\$ 515 milhões, estimados, em arrecadação de impostos e 249 mil empregos diretos e indiretos.

Visando fortalecer a capacidade produtiva local, foram doados 16 mil bens; concluídas cerca de 24 unidades de produção e comercialização; e para melhoria do escoamento da produção, 423 mil m² de vias públicas pavimentadas e 20 mil km de estradas vicinais recuperadas.

Em relação a gestão dos recursos hídricos, a Codevasf, atua na revitalização das bacias hidrográficas, na ampliação e manutenção de fontes perenes de água por meio de implantação e gestão de infraestruturas hídricas, além de promover a melhoria da saúde com obras de saneamento básico.

Em 2020, foram mantidas 38 barragens, concluídos 2 sistemas adutor e 13 sistemas de saneamento básico que após a operacionalização podem promover uma redução de R\$ 593 milhões de gastos com saúde. Estima-se que com os investimentos em abastecimento de água e saneamento foram gerados 11,7 mil empregos no exercício.

A conservação ambiental, foi traduzida em diversas ações, a exemplo da produção de 9,4 milhões de alevinos que tem como objetivos a recuperação da ictofauna e apoio a aquicultura e pesca artesanal e a recuperação de 4 sub-bacias hidrográficas.

Os resultados apresentados acima, demonstram os esforços que a Codevasf emprega na busca do cumprimento da sua missão de contribuir para a redução das desigualdades regionais.

3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1 Políticas e práticas de governança corporativa

A Codevasf, empresa pública constituída sob a forma de sociedade anônima, é regida pelas Leis nº 6.088, de 16 de julho de 1974, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo seu Estatuto, além de normas de direito aplicáveis, que norteiam as atividades de governança, controle interno, avaliação e correição na organização. Os normativos, as diretrizes, recomendações e deliberações das diferentes instâncias decisórias constituem o arcabouço direcionador de seu processo de governança.

O Referencial Básico de Governança, aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Portaria - TCU nº 25, de 29 de janeiro de 2014, estabelece que a “Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Segundo esse Referencial, o “sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter a boa governança. Envolve as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização”.

O sistema de Governança da Codevasf, de forma simplificada, pode ser representado conforme diagrama abaixo:

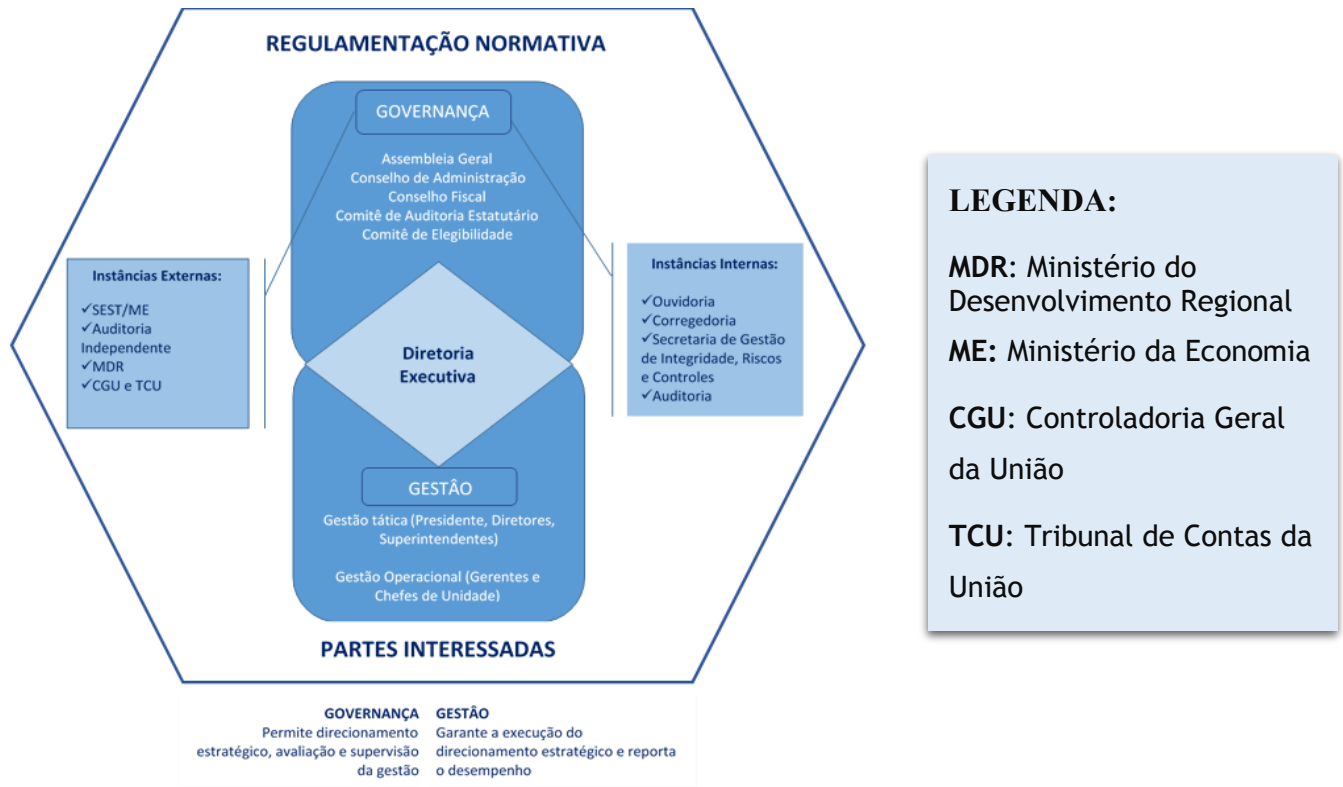


Figura 5: Modelo de Governança Corporativa da Codevasf

Nas **funções de governança**, visando a definição do direcionamento estratégico, supervisão da gestão, envolvimento das partes interessadas, a Codevasf conta com duas instâncias colegiadas de deliberação: o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Ainda, como unidades de governança, a Codevasf tem o Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Elegibilidade da Codevasf.

Para exercer as **funções de controle**, em especial auditar e avaliar o sistema de gestão e promover a “accountability” (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência a Codevasf possui o Conselho Fiscal e as quatro unidades internas de governança: a Auditoria Interna, a Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos, a Ouvidoria e a Corregedoria.

Por fim, conforme sua natureza de Empresa Pública constituída sob a forma de sociedade anônima, possui uma instância para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da empresa, que é a Assembleia Geral.

Arquitetura de governança, apresenta os elementos e o relacionamento das estruturas de governança, vide fig. 6

A governança da Codevasf está estruturada para apoiar a empresa na capacidade de gerar valor, na medida em que, no modelo de governança, são estabelecidos mecanismos e controles que propiciam, de forma periódica, a avaliação e a supervisão da gestão, com reflexo em toda a empresa.



Figura 6. Arquitetura de governança.

Nela é possível evidenciar:

I - A estrutura interna de governança e as responsabilidades dos membros estão definidas, as funções e competências estabelecidos nos normativos internos da Empresa;

II - A seleção de membros da alta administração é feita com base em critérios definidos no Estatuto Social da Codevasf e na Lei nº 13.303/2016;

III - A estratégia da empresa para cinco anos (2017 -2021) está definida e o modelo de governança da estratégia foi estabelecido e avaliado pelo acompanhamento dos indicadores, das metas e das iniciativas estratégicas;

IV - A transparência E a prestação de contas às partes interessadas são feitas de modo claro, tempestivo e com responsabilidade corporativa.

3.1.1 Canais de Denúncias


A Ouvidoria da Codevasf é a unidade orgânica responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e pedidos de informações relativos às políticas e ações desenvolvidas pela Empresa.

A atuação da Ouvidoria é tanto externa (público em geral), quanto interna (empregados, comissionados, estagiários e terceirizados), e os meios para recepcionar as manifestações encaminhadas pelos cidadãos estão disponíveis por diversos canais: internet, serviço 0800, carta e atendimento presencial.

A Ouvidoria é a última instância a atuar na intermediação de conflitos que porventura não tenham sido bem resolvidos nas demais instâncias, sem comprometer ou desautorizar as outras áreas da Companhia.

Canais de Acesso

Canal Principal




O Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC) foi integrado ao Fala.BR.


Canal de Denúncias
 Por meio deste canal, pode-se apresentar denúncias sobre:


Fraude	Corrupção	Improbidade administrativa
Assédio	Conduta inadequada	Discriminação


Garantia de proteção ao denunciante
<https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social/ouvidoria>


Outros Canais de atendimento


 (61) 99902 -6978


 (61) 2028 - 4480


 ouvidoria@codevasf.gov.br


Ouvidoria Codevasf
 SGAN 601, Conjunto I, sala 420.
 Ed. Manoel Novaes.
 Brasília/DF - CEP: 70830-019


 Ainda é possível agendar uma conversa presencial com o Ouvidor, em Brasília, por meio do telefone (61) 2028 - 4480

*Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 8h30 às 12h e das 13h30 às 17h.

Figura 7: Canais e Acesso ao Cidadão

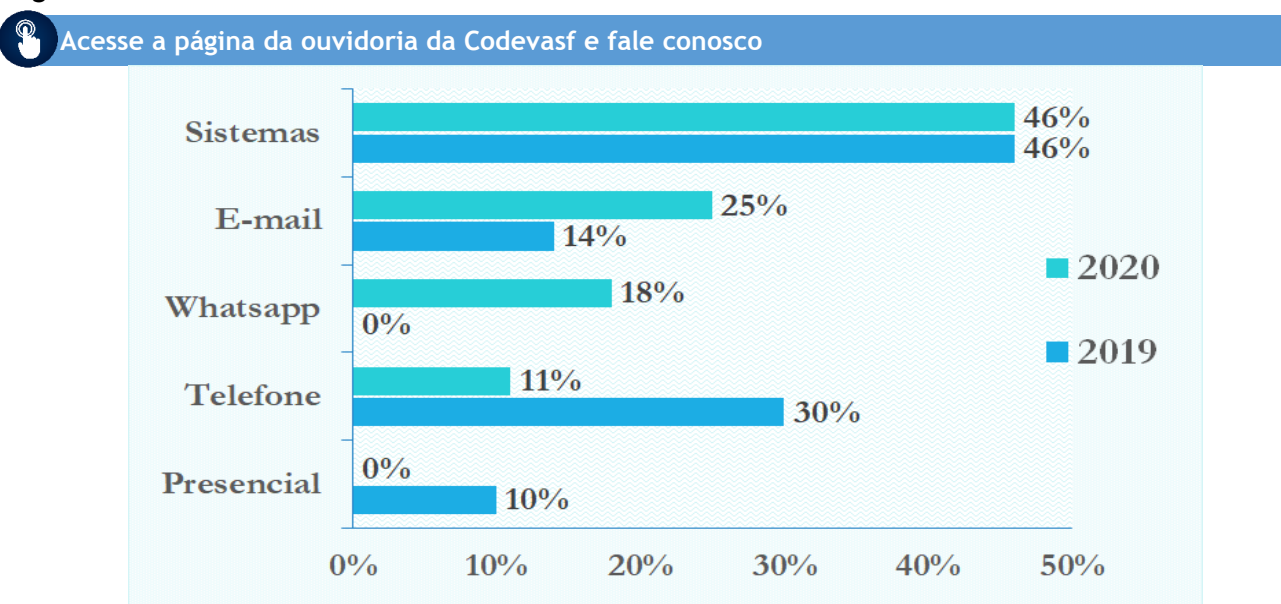


Figura 8. Arquitetura de governança.

Fonte: Relatório de atividades da Ouvidoria, 2020.

3.2 Atividades desenvolvidas

Mesmo diante das adversidades climáticas, econômicas, culturais e políticas, a Codevasf desenvolveu a capacidade de transformar a realidade da sua área de atuação. Por meio de execução direta, ou parcerias, são executadas expressivas quantidades de intervenções visando o desenvolvimento das regiões das bacias hidrográficas.

Quadro 4 - Principais linhas de negócio por tema estratégico

Tema estratégico	Tipo de intervenções	Benefícios	Público-alvo
Segurança Hídrica	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de sistemas de esgotamento sanitário e ligações intradomiciliares. Implantação de sistemas de abastecimento de água. Recuperação e preservação hidroambiental de sub-bacias (nascentes, margens de rios e educação ambiental) 	Melhoramento da qualidade e aumento da disponibilidade de água. Melhoria da qualidade de vida da população e diminuição de gastos com doenças infectocontagiosas.	População urbana e rural. Produtores rurais.
	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de cisternas e poços em comunidades rurais. Construção e recuperação de barragens, barreiros e aguadas. Implantação de adutora de água bruta e tratada. Implantação de sistemas de abastecimento de água. Operação e manutenção de infraestruturas hídricas. 	Aumento da oferta de água para usos múltiplos.	População urbana e rural com prioridade de atendimento às famílias que vivem em situação de pobreza extrema.
Agricultura Irrigada	<ul style="list-style-type: none"> Gestão, administração e operação de projetos públicos de irrigação. Implantação de infraestruturas para implantação de projetos públicos de irrigação. 	Geração de emprego e renda, aumento da produção agrícola, atração de investimentos e geração de divisas.	Produtores rurais familiares. Produtores empresariais.
Economia Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de estruturas produtivas e apoio para o fortalecimento da agricultura familiar, aquicultura e pesca, fruticultura, apicultura, ovinocaprinocultura e economia criativa Obras de infraestrutura logística rural e urbana para escoamento da produção agrícola e inserção mercadológica. Fomento à infraestrutura dos municípios e comunidades, através da doação de máquinas, tratores e implementos agrícolas. Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias de reprodução, larvicultura e alevinagem de espécies nativas do rio. Capacitação de jovens. 	<p>Geração de emprego, renda, produção agrícola, atração de investimentos e geração de divisas.</p> <p>Recomposição da ictiofauna de rios, lagoas e grandes reservatórios hídricos.</p> <p>Sustentabilidade da atividade pesqueira com o aumento da abundância de peixes.</p> <p>Inserção de jovens no mercado de trabalho.</p>	<p>Pequenos e médios produtores rurais, associações, comerciantes locais, prefeituras, estados, além das instituições de ensino e de pesquisa, governos estaduais e municipais, dentre outros.</p> <p>Jovens de comunidade rurais.</p>

Os recursos para custeio das políticas públicas, as atividades desenvolvidas pela Empresa são custeadas, em sua maioria, pela União. A única atividade executada relacionada às políticas públicas que, gera receita própria, é a operação e gestão dos perímetros.

O Modelo de Negócios (Figura 5) representa de forma sistêmica a lógica da empresa, a forma como ela funciona e como cria valores à sociedade.

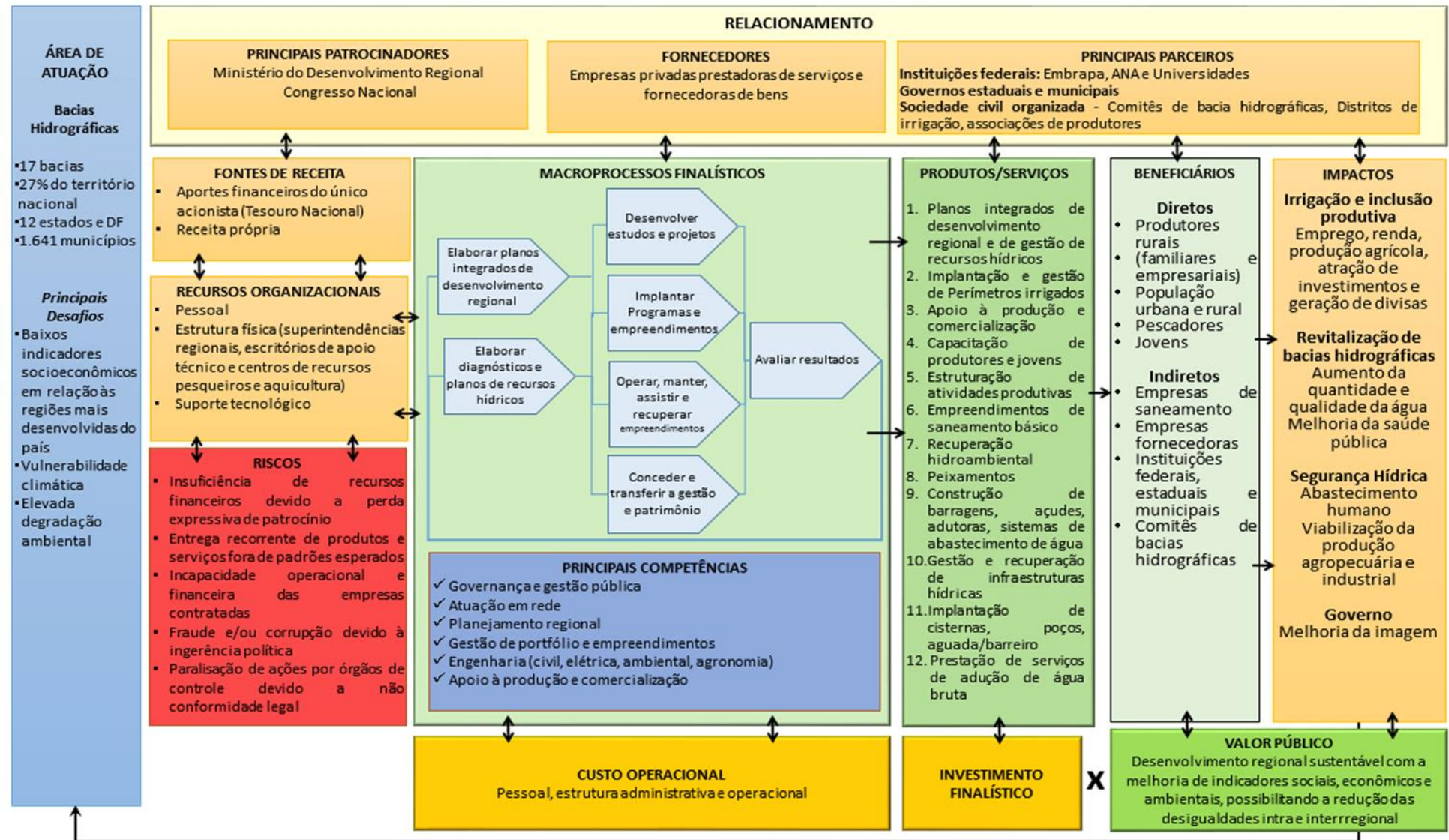


Figura 9: Modelo de Negócio da Codevasf

3.3 Estrutura de controles internos e de gerenciamento de riscos

3.3.1 Cultura Orientada a Riscos

Muitos são os desafios e esforços a serem vencidos na ambiência de empresas públicas para a implantação de uma cultura voltada a riscos. A sensibilização e o patrocínio da liderança executiva e dos conselhos no sentido de apoiar, incentivar e tutelar o processo de implantação do gerenciamento de riscos, reveste-se de importância capital para obtenção dos resultados idealizados. Adicionalmente, gestores de processos organizacionais precisam compreender os benefícios auferidos com estes esforços, na forma de retornos de investimento com a redução das incertezas resultantes da identificação, avaliação e tratamento dos riscos incidentes em iniciativas desdobradas dos planos de negócio estabelecidos.

A Codevasf está trilhando este caminho e vencendo gradualmente os entraves para alçar níveis de maturidade crescentes em gerenciamento de riscos. O aperfeiçoamento dos processos de governança e gestão conduzido de forma sinérgica com as iniciativas em gerir riscos institucionais, possibilita catalisar os resultados idealizados, à medida que, os benefícios auferidos são percebidos e maximizados de forma mensurável.

Mesmo antes de iniciar operações de gerenciamento de riscos, a Empresa demonstra preocupação com o estabelecimento de controles internos da gestão mediante a revisão, formulação e aprovação de políticas, normativos, regulamentos e procedimentos que constituem barreiras contra a materialização de riscos operacionais e de integridade. Os controles internos da gestão objetivam em sua essência, minimizar a ocorrência de falhas evitando problemas que coloquem em risco metas estabelecidas em planos de negócio, elevando assim a imagem da organização frente à sociedade.

No exercício de 2020 a Codevasf formulou e aprovou sua Metodologia de Gerenciamento de Riscos e Controles, complementada por Procedimento de Priorização de Processos e técnicas auxiliares, visando maximizar os resultados esperados em identificar, analisar, avaliar e estabelecer medidas de controle a serem monitoradas de forma continuada. Aprovou o Plano de Integridade como desdobramento do seu programa, contendo as grandes etapas a serem executadas para atingir os objetivos definidos na implantação de medidas de prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. Complementarmente reformou seu Código de Conduta Ética e Integridade, contemplando melhorias emanadas de melhores práticas de gestão, exigências legais e recomendações de órgãos de controle.

3.3.2 Educação e Capacitação

A Codevasf formulou e disponibilizou cursos na modalidade EAD focados na Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos e no seu Código de Conduta Ética e Integridade, mediante emprego do Portal de Educação Corporativa, tendo registrado 39 inscrições de empregados. Adicionalmente, contratou cursos focados na temática de Gestão de Riscos, Conformidade e Auditoria para suas unidades de controle interno, totalizando 05 vagas disponibilizadas e atendeu aos treinamentos de natureza continuada previstos na Lei nº 13.303/16.

Realizou campanhas de educação em cumprimento a seu Programa de Comunicação em Integridade, Riscos e Controles Internos - PRCIRC, ao Código de Conduta Ética e

Integridade e à Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles, sendo veiculadas 18 campanhas no exercício.

Dentre os temas da Integridade veiculados estão o nepotismo, conflito de interesse, assédio moral e sexual. A Empresa também participou do projeto “Valores do Serviço Público” mediante campanha e pesquisa promovidos pela Controladoria Geral da União - CGU para identificação do valor considerado prioritário para o servidor público federal.

3.3.3 Planejamento das Operações de Gerenciamento de Riscos

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, define como um dos princípios da boa governança a “responsabilidade corporativa”, em que agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzindo as externalidades negativas de seus negócios e operações e aumentando as positivas, considerando os recursos monetários e humanos disponíveis no curto, médio e longo prazo.

Neste sentido, para minimizar os riscos organizacionais e maximizar as oportunidades oferecidas pelo ambiente externo, é fundamental que as empresas possam dispor de um processo de gerenciamento de riscos segundo suas diferentes disciplinas⁵.

O modelo de governança empregado pela Codevasf segue recomendações do Instituto dos Auditores Internos - IIA e está amparado na proposta das três linhas de defesa. Esse modelo de efetividade reconhecida, no entanto, requer como premissa, elevado nível de integração entre os diferentes atores e papéis definidos, de tal forma a permitir complementaridade, ações corretivas e coordenação na execução das atividades requeridas ao processo de gestão de riscos.

A Empresa estruturou seu modelo de governança em Integridade, Riscos e Controles Internos, conforme arranjo orgânico de natureza descentralizada em sua execução e centralizada em assessoria, coordenação e supervisão de tal forma constituído por:

- Gestores de processos, os donos dos riscos de negócio, na primeira linha de defesa;
- Núcleos de Integridade, Riscos e Controles Internos - NIRC's constituídos por integrantes designados em representação a cada linha de negócio e unidade territorial descentralizada, assim como a Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos na segunda linha de defesa, exercendo assessoramento, supervisão e coordenação e;
- Auditoria Interna na terceira linha de defesa, responsável por aferir a adequação e a efetividade da gestão de integridade, riscos e controles internos nos processos de negócio da Empresa.

Complementarmente, como instância de supervisão, está o Comitê de Auditoria Estatutário - Coaud a quem compete, dentre outras atribuições, avaliar e monitorar as exposições ao risco na Empresa e, ainda, apoiar o Conselho de Administração - Consad na supervisão das atividades de gestão de integridade, riscos e controles internos a quem compete juntamente com a Diretoria Executiva exercer deliberações de âmbito superior.

⁵ **Disciplinas do risco:** são as diferentes categorias do risco a que as empresas estão submetidas (operacional, legal, orçamentário, financeiro, estratégico, etc.)



Figura 10: Modelo de governança em Integridade, Riscos e Controles Internos

3.3.4 Condicionantes e Fatores de Risco

Ao longo de cada ano fiscal a Codevasf monitora as iniciativas desdobradas do Planejamento Empresarial em seu Plano Anual de Negócios, classificando os resultados alcançados de forma a identificar questões relevantes no tocante a problemas e restrições, reclassificados nos fatores de risco⁶ associados.

O exercício de 2020 evidencia certa concentração no risco operacional⁷ e orçamentário/financeiro⁸, o acréscimo nos percentuais são resultantes da alteração nos critérios de monitoramento, passando a monitorar todas as iniciativas no Plano Anual de Negócios - PAN 2020, e não somente as atividades apresentadas no Planejamento Estratégico Institucional - PEI, objetivando corrigir desvios e aperfeiçoar modelos de forma a contemplar questões relevantes.

Nos fatores de risco operacionais foram computados problemas e restrições relativos a interrupções contratuais motivadas por:

- Abandono de empresas contratadas;
- Situações de exceção na gestão de instrumentos contratuais (prestações de conta pendentes, remanejamento de recursos, dependência entre projetos, etc.);

⁶ **Fatores de risco:** são os agentes causais do risco (pessoas, processos de trabalho, sistemas, tecnologia, infraestrutura, etc.)

⁷ **Riscos operacionais:** são aqueles motivados por fatores de risco procedentes da atuação de pessoas, da execução de processos de trabalho e do emprego de sistemas, tecnologias, infraestruturas ou ainda de procedência externa

⁸ **Os riscos orçamentários e financeiros** têm procedência nos fatores de risco envolvendo o planejamento, apropriação e a execução de recursos de natureza monetária.

- Saúde pública decorrente da Covid-19 e;
- Ocorrências nas etapas internas e externas de condução dos processos licitatórios.

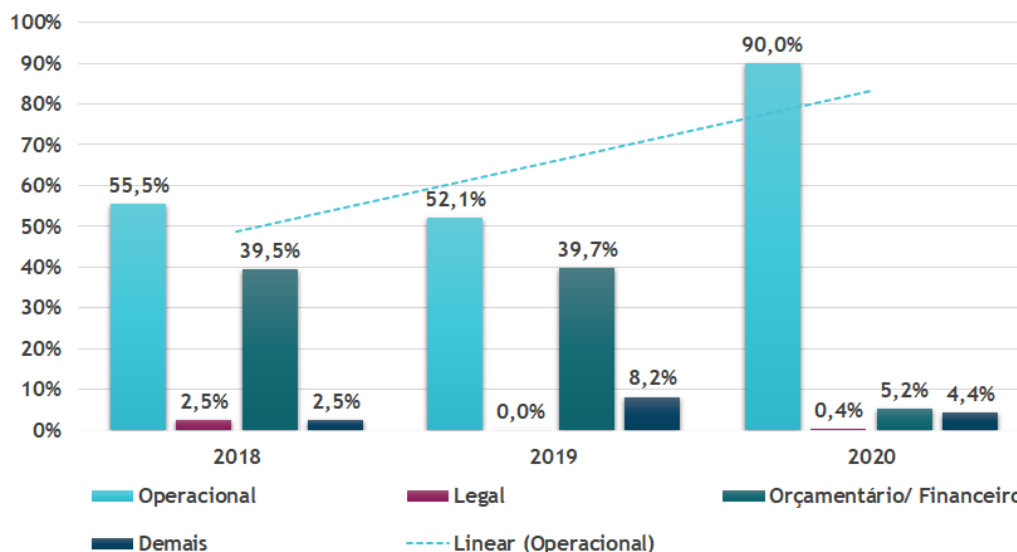


Figura 11: Distribuição percentual de ocorrências incidentes nas iniciativas do Plano Anual de Negócios - PAN segundo os fatores de risco observados, relativos ao total de iniciativas registradas na carteira de cada exercício fiscal.

Fonte: AE/GPE/UAV.

3.3.5 Ações de Integridade - Programa, Planos, Perspectivas e Desafios

Em alinhamento às orientações da Controladoria Geral da União - CGU, a Codevasf concebeu e aprovou seu Plano de Integridade, o qual desdobra o Programa de Integridade em um conjunto de ações e medidas a serem implantadas com a finalidade de prevenir, detectar e remediar as ocorrências de quebra de integridade na ambiência da Empresa.

O Plano de Integridade também estabelece um plano de ação pautado em etapas e objetivos a serem atingidos e a estratégia empregada para o monitoramento continuado. Destacam-se as seguintes etapas concluídas ou em processo de conclusão quanto à sua implantação:

- Estabelecimento da estrutura de controle interno para o Programa de Integridade;
- Formulação e aprovação das políticas e instrumentos aplicáveis;
- Identificação, priorização, análise e avaliação dos riscos de integridade;
- Estabelecimento e implantação das medidas de prevenção, detecção e remediação para os atos de corrupção e fraude;
- Monitoramento e análise crítica dos riscos de integridade e medidas de controle estabelecidas.

Com o início das operações de gerenciamento de riscos a Empresa identificará os riscos de integridade segundo a classificação proposta pela CGU para com as seguintes subcategorias:

- Conduta profissional inadequada;
- Nepotismo;
- Conflito de Interesses;
- Uso indevido ou manipulação de dados/informações;
- Corrupção, fraude ou emprego irregular de verbas públicas, dentre outros.

Neste sentido, as unidades orgânicas internas de governança da Empresa envolvidas com o tema da integridade (ouvidoria, corregedoria e a comissão de ética pública setorial) apresentaram encaminhamentos às solicitações oriundas da sociedade e dos empregados da Empresa, contribuindo com 228 encaminhamentos

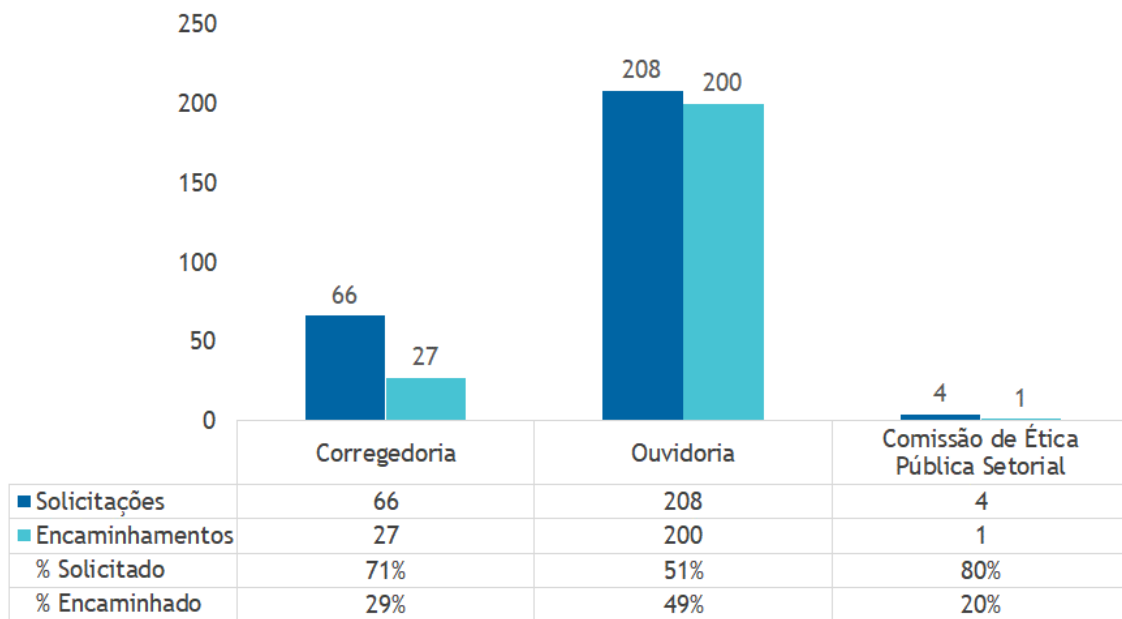


Figura 12: Distribuição das solicitações e encaminhamentos realizados pelas diferentes instâncias de integridade

Fonte: Instâncias de integridade compilado pela PR/SRC.

Não serão menores nem menos complexas as barreiras a serem superadas pela Codevasf para entregar resultados com acréscimos quantitativos e qualitativos em suas operações. O cenário de expansão geográfica em sua área de atuação e diversificação de linhas de negócio observados nos últimos cinco anos, além da necessidade de qualificação e recomposição da força tarefa em atendimento a demandas regionais e municipais constituem desafios a serem vencidos.

O gerenciamento de riscos empregado de forma extensiva e continuada, constituirá uma oportunidade aliada para que a Empresa possa cumprir sua missão institucional atendendo a metas estabelecidas em prol da redução de desigualdades regionais.

3.4 Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

O desempenho econômico-financeiro da Codevasf está em conformidade com as suas demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2020 e 2019.

3.4.1 Indicadores de Resultado

Quadro 5. Indicadores de resultado - Exercício 2020/2019.

Indicadores de Resultados	(em milhões de R\$)		
	2020	2019	(Var %)
Receita Operacional Bruta	15,94	37,35	-57,33
Despesas Operacionais	-1.122,00	-2.520,00	-55,46
Outras Receitas Operacionais	752,00	846,00	-11,11
Resultado Operacional	-357,00	-1.642,36	-78,28

Fonte: Demonstrações Financeiras - 31.12.2020.

A **Receita Operacional** apresentou redução do seu faturamento em comparação ao exercício anterior. Os fatores que levaram a essa redução foram:

- (i) Suspensão da exigibilidade de cobrança referente à Tarifa D'Água K1, conforme determinado pela Portaria nº 552, de 24 de dezembro de 2018, Ministério da Integração Nacional, em função da reanálise dos índices de reajustes a serem aplicados aos Irrigantes; e
- (ii) Não ter ocorrido alienação de novas unidades parcelares, como observado no exercício de 2019, onde foram alienados 37 terrenos empresariais do Projeto Público de Irrigação Pontal Sul.

As **Despesas Operacionais**, em comparação ao exercício anterior, também apresentaram redução, sendo de pessoal, com prestação de serviços e outras despesas as mais significativas. A redução das despesas com pessoal deu-se em função do Programa de Demissão Incentivada - PDI, com a adesão de 206 ex-empregados e, ainda, da não aplicação de reajuste salarial, em função da Lei Complementar 173/2020.

Em relação a despesas com prestação de serviços, o item fornecimento de energia elétrica é o que apresentou maior redução, na comparação com o exercício anterior, em função de gasto menor com aquisição de energia elétrica para o Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF, bem como com despesas de energia dos projetos públicos de irrigação oriundos do reassentamento de Itaparica, nos estados de Pernambuco e Bahia.

A redução mais significativa ocorreu sobre o item Outras Despesas. No ano de 2019, essas despesas foram impactadas por uma contabilização efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que alterou o roteiro de contabilização dos Termos de Execução Descentralizada - TED's de exercícios anteriores a 2019, provocando um impacto de R\$ 1.362 bilhão.

O **Resultado Operacional** de 2020 apresenta prejuízo da ordem de R\$ 356 milhões. O exercício de 2019, registrou prejuízo de R\$ 1,642 bilhão, influenciado pelo registro dos

Termos de Execução Descentralizada de exercícios anteriores, conforme descrito no parágrafo anterior.

3.4.2 Indicadores de Liquidez e Estrutura de Capital.

Quadro 6. Índice de liquidez e estrutura de capital - Exercício 2020/2019.

Índice de liquidez e estrutura de capital (%)	2020	2019	(Var %)
Liquidez Imediata	0,06%	0,08%	-33,34
Liquidez Corrente	0,13%	0,17%	-25,85
Liquidez Geral	0,13%	0,17%	-23,34
Liquidez Seca	0,13%	0,17%	-25,85
Participação de Capital de Terceiros	8,01%	5,76%	39,07
Grau de Endividamento	0,89%	0,85%	4,34
Solvência Geral	1,12%	1,17%	-4,16
Imobilização do Patrimônio Líquido	7,94%	5,76%	37,93

Fonte: Demonstrações Financeiras - 31.12.2020.

Os Indicadores de Liquidez sofreram redução em função do aumento das obrigações perante terceiros assumidas pela Codevasf, no exercício de 2020. Em relação ao Endividamento (Estrutura de Capital), o item Participação de Capital de Terceiros teve aumento, principalmente, do recebimento de recursos de Termos de Execução Descentraliza - TED, que impacta a obrigação de curto prazo. Cabe ressaltar que o TED não se trata de dívida contraída, mas de uma obrigação de prestar contas ao Órgão descentralizador dos recursos. Para a Imobilização do Patrimônio Líquido o aumento refere-se à aquisição de bens móveis e imóveis destinados aos projetos da Codevasf.

3.4.3 Rentabilidade

Quadro 7. Indicadores de Rentabilidade - Exercício 2020/2019.

Índice de rentabilidade (%)	2020	2019	(Var %)
Giro do Ativo	0,005%	0,013%	-63,37

Fonte: Demonstrações Financeiras - 31.12.2020.

Em relação ao Giro do Ativo, este mede a eficiência da riqueza gerada, isto é, demonstra a capacidade da empresa em utilizar os ativos que possui para gerar receita. Esse indicador tem no baixo faturamento e na alta imobilização os fatores que contribuíram para o seu baixo resultado.

3.5 Descrição da composição e da remuneração da administração

A remuneração dos dirigentes para o exercício de 2020 correspondeu ao valor de R\$ 33.047,43 (trinta e três, quarenta e sete reais e quarenta e três centavos), a partir abril de 2020, foi autorizado mediante Resolução nº 298 da Diretoria Executiva, Deliberação nº 06/2020 do Consad e aprovado pela Ata da Assembleia Geral Ordinária, de 15 de abril de 2020, com base na Nota Técnica nº 9.738/2020-ME enviada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

Quanto a dos membros dos conselhos de administração e fiscal corresponde a 10% da remuneração mensal média da Diretoria Executiva da Empresa, de acordo com a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, e de acordo com o artigo 44º do Estatuto Social da Codevasf, equivalente a R\$ 3.304,74 (três mil, trezentos e quatro reais e setenta e quatro centavos).

Desde 2013, por orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, atual SEST, foi incluído no cálculo da remuneração mensal média dos dirigentes o valor da gratificação natalina, pago nos meses de janeiro a dezembro, o que corresponde a R\$ 3.580,14 mensais.

Quadro 8 - Remuneração da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal - 2020

(Valores em R\$ 1,00)

MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA				
Nome do Diretor	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Marcelo Andrade Moreira Pinto	28.08.2019		33.047,43	396.569,16
Sergio Luiz Soares de Souza Costa	03.07.2019	29.06.2020	33.047,43	198.284,58
Antônio Rosendo Neto Junior	01.07.2020	-	33.047,43	198.284,58
Fábio André Freire Miranda -	10.08.2018	14.07.2020	33.047,43	213.706,70
Davidson Tolentino de Almeida	16.07.2020		33.047,43	182.862,40
Luís Napoleão Casado Arnaud Neto	05.08.2015		33.047,43	396.569,16
Totais	-	-	33.047,43	1.582.277,00
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Marcelo Andrade Moreira Pinto	28.08.2019	11.11.2020	*2.007,85	23.525,63
Cláudio Xavier Seefelder Filho	15.04.2020	16.10.2020	3.580,14	35.801,40
Domingos Romeu Andreatta	05.07.2019		* 3.580,14	42.961,68
Adriana Melo Alves	19.04.2019	15.04.2020	3.580,14	14.320,56
Jonathas Assunção S. Nery de Castro	01.07.2019	31.07.2020	3.580,14	25.060,98
Sonia Mariza Alves de Souza	05.07.2019		3.580,14	42.961,68
Maria da Conceição da Silva (*)	15.04.2020		3.580,14	42.961,68
Francisco Soares de Lima Junior	28.05.2020		3.580,14	42.961,68
Euclides Bandeira de Souza Neto	28.09.2020		3.580,14	42.961,68
Igor Montezuma Sales Farias	26.10.2020		3.580,14	42.961,68
Totais	-	-	3.580,14	356.478,70

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Lilian Maria Cordeiro Pinheiro	18.04.2019	28.05.2020	3.580,14	17.900,70
Cristiano Beneduzi	18.04.2020	28.05.2020	3.580,14	7.160,28
Altamiro Lopes de Menezes Filho	28.05.2020		3.580,14	25.060,98
Edilson Rodrigues Tavares	28.05.2020	-	3.580,14	25.060,98
Vanessa Ferreira de Lima	05.07.2019		3.580,14	42.961,68
Conrado Luiz Alves Dias	28.05.2020		3.580,14	25.060,98
Mariangela Fialek	15.04.2020		3.580,14	32.221,26
Fabricio Moura Moreira	11.11.2020	-	3.580,14	7.160,28
Fernanda Barbosa Garcia	18.04.2019	15.04.2020	3.580,14	14.320,56
Irani Braga Ramos	18.04.2019	28.05.2020	3.580,14	17.900,70
Totais	-	-		214.808,40

Nota: *O valor pago em conformidade com o limite do teto constitucional

Fonte: Relatório da Gerência de Gestão de Pessoas

3.6 Governança do Benefício de Assistência à Saúde



Caixa de Assistência a Saúde dos Empregados da Codevasf

- ✓ Pessoa jurídica de direito privado
- ✓ Sem fins lucrativos
- ✓ Registrado pela Agência Nacional de Saúde - ANS sob o nº 41.229-5
- ✓ Classificada na modalidade autogestão sem mantenedor
- ✓ Plano de saúde de pequeno porte (<20.000 vidas)
- ✓ Contemplam **4.374** vidas *

* empregados e seus dependentes diretos, demais dependentes dos empregados, ex-empregados e seus dependentes (autopatrocinado)



A Casec recebeu pelo 5º ano consecutivo o prêmio do índice de Desenvolvimento da Saúde Suplementar IDSS.



Figura 13: Informações do Plano de Saúde

Apesar de terem sido implantados em 2000, os planos de saúde da Empresa já foram concebidos com os mesmos modelos de gestão e de custeio ora estabelecidos, respectivamente, pelas citadas Resoluções CGPAR nºs 22 e 23/2018.

A Resolução CGPAR nº 22/2018 estabelece diretrizes e parâmetros mínimos de governança para as empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão. Essas diretrizes e parâmetros mínimos de governança estabelecidos para as empresas estatais, interpostos pela Resolução CGPAR nº 22/2018, já eram atendidos pela Codevasf, bem como por sua operadora, Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Codevasf - CASEC.

Fonte: Relatório da Gerência de Gestão de Pessoas (Unidade de Benefícios – AA/GGP/UBS)

3.7 Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Codevasf declara que aprovou, nesta data, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2020, em conformidade com o artigo 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; com o artigo 13, incisos I, III e VIII, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e com o artigo 63, inciso XXXIV, do Estatuto Social da Codevasf.

Brasília, de de 2020.

Igor Montezuma Sales Farias

Presidente

Ministério do desenvolvimento Regional

Domingos Romeu Andreatta

Conselheiro

Ministério de Minas e Energia

Sônia Mariza Alves de Souza

Conselheira

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento.

Francisco Soares de Lima Junior

Conselheiro

Ministério da Economia

Euclides Bandeira de Souza Neto

Conselheiro

Ministério da Infraestrutura

Maria da Conceição da Silva

Conselheira

Representante dos empregados da Codevasf